

Dispensas de Licitações



CAIRU
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLÍTICAS SOCIAIS

**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2024**

Nos termos do §3º do Art. 75 da Lei n. 14.133/2021, o **Município de Cairu**, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.235.907/0001-44, sito à Praça Marechal Deodoro, nº. 03, Centro, representado neste ato pela Secretária, Senhora **IRAMAR BRAGA DE SOUZA COSTA**, torna público o interesse da Secretaria Municipal de Políticas Sociais na Contratação de empresa para aquisição Peixe, tipo Corvina, para atender as famílias em vulnerabilidade temporária, mantendo a tradição de comer o pescado na Sexta-Feira da Paixão, garantindo o interesse público da Secretaria Municipal de Políticas Sociais do Município de Cairu, estado da Bahia, no valor global de **R\$ 57.064,00 (cinquenta e sete mil e sessenta e quatro reais)**, conforme planilha a seguir, podendo eventuais interessados apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação (acompanhada pela documentação elencada no item REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO no Termo de Referência anexo), oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: dia 14 de março de 2024.

O termo de referência da dispensa encontra-se anexo a este aviso.

A proposta deverá ser entregue na Diretoria de Compras, Contratos e Licitações, situada no Complexo Administrativo Diogo Magalhães Brandão - Praça Marechal Deodoro, nº 03, Centro, nesta cidade de Cairu – Bahia, CEP 45.420-000 das 8h às 17h, ou pelo email: licitacao@cairu.ba.gov.br.

PLANILHA						
ITEM						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR TOTAL
1	PEIXE TIPO CORVINA INTEIRA PRODUTO CONGELADO: DEVENDO TER, CADA PEÇA APROXIMADAMENTE 700G, COM MÉDIA DE 2 PEÇAS POR EMBALAGEM, APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRE DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR QUALQUER ALTERAÇÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ROTULAGEM CONTENDO NO MÍNIMO, PESO LÍQUIDO, NOME DO PRODUTO, NOME E CNPJ DO BENEFICIADOR, NÚMERO DE LOTE E DATA OU PRAZO DE VALIDADE, ALÉM DAS MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS PERTINENTES.		UND	2.800	R\$ 20,38	R\$ 57.064,00
TOTAL GERAL DO ITEM						R\$ 57.064,00

Cairu - Bahia, 11 de março de 2024.

IRAMAR BRAGA DE SOUZA COSTA
Secretária Municipal de Políticas Sociais



CAIRU
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLÉTICAS SOCIAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa para aquisição Peixe, tipo Corvina, para atender as famílias em vulnerabilidade temporária, mantendo a tradição de comer o pescado na Sexta-Feira da Paixão, garantindo o interesse público da Secretaria Municipal de Políticas Sociais do Município de Cairu, estado da Bahia.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

PLANILHA						
ITEM						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR TOTAL
1	PEIXE TIPO CORVINA INTEIRA PRODUTO CONGELADO: DEVENDO TER, CADA PEÇA APROXIMADAMENTE 700G, COM MÉDIA DE 2 PEÇAS POR EMBALAGEM, APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRE DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR QUALQUER ALTERAÇÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ROTULAGEM CONTENDO NO MÍNIMO, PESO LÍQUIDO, NOME DO PRODUTO, NOME E CNPJ DO BENEFICIADOR, NÚMERO DE LOTE E DATA OU PRAZO DE VALIDADE, ALÉM DAS MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS PERTINENTES.		UND	2.800		
TOTAL GERAL DO ITEM						

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.388 de 22 de março de 2023.

2.3 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

3.1 A presente aquisição do objeto previsto neste termo de referência tem a necessidade de diminuir insegurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade temporária do município de Cairu, garantindo o alimento na Sexta-feira Santa.

4. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1 A Contratação pretendida justifica-se na necessidade de aquisição de peixes pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais para suprir as necessidades das famílias e indivíduos que se encontram em vulnerabilidade temporária, preservando a tradição de comer o pescado na sexta-feira da paixão, diminuindo a insegurança alimentar.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/1993, Art. 22, entende por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às

Página 2/13

Prefeitura Municipal de Cairu – Estado da Bahia
Pça. Teixeira de Freitas, nº 03, térreo – Centro.
CEP: 45420-000 - Site: www.cairu.ba.gov.br
CNPJ: 14.235.907/0001-44 - Telefone: (75) 3653-2281



CAIRU
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLÍTICAS SOCIAIS

famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, encontrando amparo também na Lei Municipal nº 547/2018 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social.

Vale salientar que é significativa a quantidade de famílias Cairuenses que estão em situação de extrema pobreza, conforme Cadastro Único de Programas Sociais, pessoas que precisam do apoio do poder público para garantir algumas necessidades básicas, inclusive no âmbito alimentar.

Desta forma, justifica-se a aquisição do objeto deste termo de referência, benefício eventual, para serem providas para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária de Cairu-BA, acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social -CRAS, sede, Boipeba e Gamboa, cuja situação de pobreza e extrema pobreza agravaram-se ainda mais em razão dos impactos socioeconômicos que vem passando o país, colocando-os em situação de insegurança alimentar e nutricional.

5. OBJETIVOS

- Diminuir a insegurança alimentar e nutricional;
- Garantir a tradição de comer o pescado na Sexta-Feira Santa aos mais vulneráveis socialmente;
- Garantir a Proteção Social aos indivíduos e família em maior vulnerabilidade social.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

6.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- 6.1.2 Comprovação de habilitação jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista.
- 6.1.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 6.1.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 7.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias**, contados da data da assinatura do contrato na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.
- 7.2 O regime de execução do objeto desta licitação será de forma imediata e os produtos serão entregues exatamente no dia **26 de março** do corrente ano pela manhã, as (8h) de acordo com a solicitação emitida pela CONTRATANTE na Sede da **Secretaria de Políticas Sociais, situada na Praça Teixeira de Freitas, Complexo Raul de Figueiredo, de Miranda, nesta cidade de Cairu, Estado da Bahia**, devendo o carro frigorífico ficar à disposição até que seja distribuída a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições expedidas pela secretaria solicitante. O horário e data de entrega poderão ser alterados conforme necessidade da Prefeitura, sendo antecipado a solicitação de mudança com até quarenta e oito (48) horas de antecedência.
- 7.3 Os produtos que possuem estabilidade quando estocados à temperatura ambiente, devem apresentar-se com embalagens integras, apropriadas para cada tipo, com prazo de validade recomendadas conforme natureza do produto, lote, composição do produto, nº de registro do órgão oficial, CGC, endereço do fabricante, condições de armazenamento e quantidades (peso), conforme solicitação em fichas técnicas. As informações solicitadas deverão estar impressas nas embalagens do produto, sem a utilização de etiquetas.
- 7.4 O fornecedor deverá entregar a mercadoria em veículos refrigerados fechados e higienizados, em caixa de papelão reforçado, adequado ao empilhamento recomendado, lacrada com fita adesiva, resistente a danos durante o transporte ou armazenamento e que garanta a integridade do produto durante todo o seu período de validade com capacidade 10 (dez) a 15 (quinze) quilos.
- 7.5 Os produtos adquiridos que apresentarem modificações organolépticas (cor, cheiro, textura, sabor), e larvas ou pragas, mesmo estando no prazo de validade, não serão aceitos, ficarão guardados para devolução e não serão pagos.



CAIRU
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLÉTICAS SOCIAIS

- 7.6 O produto deverá estar congelado - quando submetido à temperatura da ordem dos -35º C, de modo a que no interior das massas musculares a temperatura seja igual ou inferior a - 18º C; a percentagem de vidrado para o peixe inteiro ou em postas, 10%.
- 7.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.8 Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo prazo de 48 horas, pois na distribuição sendo constatado irregularidades ou inconformidade nos produtos, os mesmos serão reservados para devolução e abatimento na nota a ser paga.
- 7.9 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

- 8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2 RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão: Iramar Braga de Souza Costa

Fiscalização: Guillard Giulius Cícero Alves

Email: semps@cairu.ba.gov.br

Tel.: (75) 3653-2007

- 8.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

- 8.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.4.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.4.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

- 8.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

- 8.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

- 8.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.7.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Página 4/13



CAIRU
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLÉTICAS SOCIAIS

8.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Habilitação Jurídica:

9.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

9.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.3.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.3.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

Prazo de pagamento

10.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

10.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente

Página 5/13

Prefeitura Municipal de Cairu – Estado da Bahia
Pça. Teixeira de Freitas, nº 03, térreo – Centro.
CEP: 45420-000 - Site: www.cairu.ba.gov.br
CNPJ: 14.235.907/0001-44 - Telefone: (75) 3653-2281



CAIRU
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLÉTICAS SOCIAIS

indicados pelo contratado. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual do Município de Cairu, conforme abaixo:

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade Programa de Trabalho	Elemento de Despesa / Natureza da Despesa
14/01 14/02	500/661	2.099	33.90.32.00.00.000

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

Complexo Administrativo Raul Figueiredo Miranda
Praça Teixeira de Freitas, nº 3, térreo, centro, Cairu-BA.
Assessora Especial de Gestão
Telefone: (75) 3653-2281 ou (75) 3653- 2007

Nome: Fernanda de Lemos Alves dos Santos

13. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

E-mail: semps@cairu.ba.gov.br
Telefone: (75) 3652281 ou (75) 3653-2007

Iramar Braga de Souza Costa